



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A-14', 'A-15', and 'república'.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018.**

Nº. 24/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,35 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento das linhas gerais das conclusões da **Auditoria Externa ao Quadriénio 2014/2017** efetuada às contas do Município, sendo o mesmo documento entregue aos Srs. Vereadores da CDU, em formato digital, tendo o Sr. Presidente feito as seguintes considerações sobre o mesmo:

“Perante o Relatório da Auditoria Externa ao Quadriénio 2014/2017, elaborada pelos auditores Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., importa destacar as seguintes informações para conhecimento do Executivo da Câmara Municipal de Castro Verde, independentemente de ser facultada a totalidade do Relatório a todos os eleitos, bem como à Sra. Presidente da Assembleia Municipal.

Deste modo, assinalam-se as seguintes conclusões:

1 – Durante o Quadriénio 2014/2017, correspondente ao mandato anterior, o Município de Castro Verde “tem apresentados prejuízos de forma consecutiva”.

2 – Perante a “significativa diminuição” da receita proveniente da Derrama, não terá sido acautelado o “acréscimo de risco relativamente às decisões de gestão tomadas desde então”;

3 – No mesmo período e no contexto atrás referido, o Relatório da Auditoria Externa destaca que a “operacionalidade” da Câmara Municipal de Castro Verde foi “verdadeiramente insuficiente para compensar os custos da sua atividade”;

4 – Neste contexto, o Auditor não identificou ou obteve “evidências de que tenham sido adotadas medidas que conduzam à inversão da marcante tendência negativa que se tem observado nos resultados económicos obtidos nos últimos exercícios”;

5 – Ou seja, a CMCV não tomou as medidas necessárias para contrariar a tendência negativa da sua situação económica;

6 – Mais refere o relatório, sobre a opção de adjudicar a construção da EM 508 (Castro Verde/Santa Bárbara de Padrões) e CM 1139 (Santa Bárbara de Padrões/Mina de Neves-Corvo), que “o Município assumiu compromissos sem ter assegurado as fontes de financiamento para o efeito, nomeadamente não acautelando a diminuição da receita da derrama que se tem vindo a observar nos últimos anos, circunstância que sem dúvida condicionará o desenrolar dos próximos exercícios”;

7 – Fica claro que, a CMCV adjudicou a requalificação das EM 508 (Castro Verde/Santa Bárbara de Padrões) e CM 1139 (Santa Bárbara de Padrões/Mina de Neves-Corvo) sem ter financiamento assegurado para fazer as obras;

8 – Refere ainda o relatório que, em quatro exercícios consecutivos, o auditor externo (Marque, Cruz & Associados, SROC, Lda.) emitiu “reserva por desacordo relativamente ao valor do património inscrito no balanço do Município, não quantificando contudo o valor desse desacordo”. Uma situação que, segundo o mesmo auditor externo, “fica a dever-se ao facto de ainda não se encontrarem reconhecidas nas demonstrações financeiras “...diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias””.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente sobre a Auditoria, o Sr. Vereador Francisco Duarte reservou-se o direito de, posteriormente após a apreciação do relatório tecer os comentários que entender convenientes. No entanto e desde já exigiu que fosse dada pela Câmara Municipal de Castro Verde a divulgação mediática dos resultados da Auditoria de forma equivalente à da intenção e contratação da mesma, nomeadamente através do Site do Município e do Boletim Municipal.

O Sr. Presidente informou, sobre este matéria, que as conclusões mais revelantes serão atempadamente tornadas públicas.

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas aos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço às seguintes perguntas feitas pelos mesmos, conforme a seguir se transcreve:

“Assunto: Projeto Basilica Real de Castro Verde

Na sequência do já formalizado na reunião de Câmara de 11 de Outubro, o signatário, vereador eleito pela CDU na Câmara Municipal, solicita através do presente requerimento que lhe seja facultada cópia dos::

- projeto de conservação da Basilica Real de Castro Verde (limpeza de cobertura e pintura de edifício), cujo licenciamento, requerido pela Comissão Fabriqueira da Paróquia de Castro Verde, foi aprovado na mencionada reunião;
- parecer da Direção Regional de Cultura que acompanha o referido projeto.

Mais solicita que seja devidamente esclarecido o enquadramento da elaboração pelos serviços técnico da Câmara Municipal do referido projeto apresentado pela Comissão Fabriqueira,

concretamente e como foi explicitado na reunião pelo senhor presidente, que se trata do contributo da CMCV neste processo de reabilitação da Basilica."

"Sobre o tema em epígrafe informo que se junta em anexo cópia do processo de licenciamento requerido pela Comissão Fabriqueira da Paróquia de Castro Verde (anexo I), bem como o parecer da Direção Regional de Cultura do Alentejo (anexo II).

Informo ainda que, tal como informação prestada em 02 de Agosto de 2018, o projeto tem origem e é da autoria da Comissão Fabriqueira da Paróquia de Castro Verde, tendo merecido apoio dos Serviços Técnicos ao abrigo da boa colaboração existente entre a Câmara Municipal de Castro Verde e a Comissão Fabriqueira."

"Assunto: Fundamentação para efeitos de celebração de contrato de aquisição de serviços:

Na sequência do já formalizado na reunião de Câmara de 11 de Outubro, o signatário, vereador eleito pela CDU na Câmara Municipal, solicita através do presente requerimento que lhe seja facultada cópia da fundamentação para a celebração do contrato de aquisição de serviços através de um procedimento de Ajuste Direto (Regime Simplificado) com a empresa "Diálogoriginal – Bibliotecas, Museus e Arquivos Ld.ª."

"Relativamente ao tema epígrafe e em resposta à vossa solicitação, junto em anexo a informação pretendida."

Fica anexa à presente ata o documento contendo a informação solicitada.

A seguir informou o Sr. Presidente que vai convocar uma reunião extraordinária do executivo, no próximo dia 31 de Outubro, cuja ordem de trabalhos se destina à apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento, dos acordos de colaboração a celebrar com as Juntas de Freguesia, assim como do Mapa de Pessoal para 2019.

Em seguida o Sr. Vereador Francisco Duarte, prestou os seguintes esclarecimentos relativamente à contratação do empréstimo de 900.000,00 €, contraído pela Câmara Municipal de Castro Verde e utilizado pelo anterior executivo CDU (até 16.10.2017) no montante de 200.000,00 €:

"Tendo em conta:

- O empréstimo de 900.000 € contraído pela CMCV e utilizado pelo anterior executivo CDU (até 16/10/2017) no montante de 200.000 €;
- A impossibilidade de utilização a partir de Julho de 2018, por parte do actual executivo (PS), do saldo de 700.000 €;
- O teor do comunicado do PS Castro Verde publicado na sua página de FACEBOOK em 13/10/2018 e que, para memória, dizia expressamente:

"Sejamos claros: o empréstimo foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 31 de Janeiro de 2016 – ou seja, 21 MESES antes da Tomada de Posse deste executivo. Nesses 21 MESES, a CDU utilizou 200.000 euros e NÃO UTILIZOU os restantes 700.000 euros.

No entanto, com enorme DEMAGOGIA, a CDU vem agora dizer que o PS devia FAZER EM 3 MESES que o executivo de Francisco Duarte não fez em 21 MESES.

Pior do que isso!

A CDU e Francisco Duarte adjudicaram a obra das Estradas entre Castro Verde/Santa Bárbara/Mina por cerca de 1.400.000 euros! Vale a pena repetir: cerca de 1.400.000 euros!"

os eleitos da CDU na Câmara Municipal entendem dever relembrar determinados factos e datas:

2010 a 2015 - As obras de remodelação da rede de água de Castro Verde e de reabilitação da EM 508 e do CM 1139 foram inscritas nas opções do Plano e Orçamento Municipais para a realização de obras de melhoramento (em regime de Administração Directa da autarquia) e na expectativa de uma oportunidade de candidatura a Fundos Comunitários, tendo em conta não só as nossas prioridades estratégicas mas também a possibilidade efetiva de o fazer dentro dos montantes disponíveis globalmente e especificamente alocados a cada uma das autarquias da CIMBAL.

Em termos mais concretos e para uma compreensão cabal de todo este processo (obras a realizar e necessidade de recurso ao crédito bancário) devemos remontar ao ano de 2015.

16/09/2015 - A CDU apresentou na reunião de Câmara uma proposta para pedido de autorização de contratação de empréstimos:

"No quadro de preparação das Grandes Opções e Orçamento para 2016, e tendo em conta as dificuldades acrescidas que o atraso do início do Portugal 2020 tem trazido e a necessidade de avançar com estas obras, constatou-se que não existia capacidade para assegurar o financiamento de um conjunto de investimentos que entendemos prioritários para a melhoria da qualidade de vida no nosso concelho.

Face à capacidade de endividamento do Município, que neste momento ronda o milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00 €), para fazer face ao financiamento parcial destas obras, propõe-se o recurso ao crédito bancário num montante aproximado de 1.600.000,00 €, subdividido em 2 empréstimos com a seguinte calendarização:

1º. - Empréstimo a contratar em 2015/16, no montante de + 900.000,00 € (a utilizar em 2016 /2017.

2º. - Empréstimo a contratar em 2016/17, no montante de + 700.000,00 € (a utilizar em 2017/2018/2019)."

De forma sintética as premissas sobre as quais assentaram os montantes e a calendarização do recurso ao crédito foram

a) os investimentos devem ser suportados com recursos próprios da autarquia da ordem dos 20 a 30% (portanto, para além da necessária contenção de gastos, terá que haver uma grande ponderação nas opções estratégicas a tomar, para se garantirem os recursos financeiros necessários);

b) a necessidade de sub-dividir o montante total em 2 tranches tendo em consideração a impossibilidade de compatibilizar a programação da execução dos investimentos (que forçosamente contempla a elaboração dos projetos, suas aprovações, lançamento dos concursos e adjudicação das obras) aliada à capacidade de captação de recursos próprios por parte da autarquia com o período de utilização do empréstimo (normalmente 2 anos).

O quadro seguinte reflete os montantes totais e os alocados a cada obra:

OBRAS	Investimento Total	Capitais próprios (20 a 25%)	INTENÇÃO DE RECURSO AO CRÉDITO preconizada e aprovada em 2015		
			TOTAL	1º Parcela	2º Parcela
Remodelação ETAR's	150 000,00	50 000,00	120 000,00	120 000,00	0,00
Rede de água de Castro Verde	500 000,00	100. 000,00	400 000,00	200 000,00	200 000,00
Pavilhão Desportivo	150 000,00	30 000,00	120 000,00	120 000,00	0,00
EM 508	747 491,80	192 491,80	555 000,00	400 000,00	155 000,00
CM 1139	547 337,81	142 337,81	405 000,00	60 000,00	345 000,00
TOTAIS	2.094.829,61	514.829,61	1 600 000,00	900 000,00	700 000,00

A proposta foi aprovada com a abstenção dos eleitos do PS.

29/09/2015 – Esta mesma proposta foi submetida à apreciação da Assembleia Municipal e aprovada, por maioria, com a abstenção dos eleitos do PS e do PSD.

28/10/2015 - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato relativo à elaboração do projeto de execução, do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização da EM 508 (10,2 km) e do CM 1139 (8,5 km) entre Castro Verde e A-do-Neves, através de concurso público, pelo preço base de 55,510,00 €, para o troço da EM 508, e de 46.250,00 €, para o troço do CM 1139.

28/10/2015 - A Câmara Municipal deliberou, por maioria com a abstenção dos vereadores do PS, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato relativo à elaboração do cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas de abastecimento de água em baixa, no Município de Castro Verde, por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 50.000,00 €.

11/11/2015 – A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do vereador do PS presente, aprovar a proposta apresentada em vista encetar o processo de consulta junto das instituições bancárias para a contratação do empréstimo aprovado.

15/12/2015 - A Câmara Municipal deliberou abrir concurso público para a elaboração dos projectos de reabilitação da EM 508 e do CM 1139

06/01/2016 – A CDU apresentou na reunião de Câmara, no âmbito genérico da proposta apresentada em setembro de 2015, a proposta de contratação de um empréstimo bancário, até ao montante de 900.000 €, com a Caixa Geral de Depósitos.

A proposta foi aprovada com a abstenção do eleito do PS presente.

14/01/2016 – Esta mesma proposta foi submetida à apreciação da Assembleia Municipal e aprovada, por maioria, com a abstenção dos eleitos do PS e do PSD.

04/03/2016 – A Câmara Municipal celebra, após concurso público, contrato com a empresa ENGISFERA-Engenharia, Lda. para a elaboração dos projetos de reabilitação da EM 508 e do CM 1139

24/06/2016 – O processo do empréstimo foi visado pelo Tribunal de Contas em sessão diária do Visto da 1ª Secção

06/07/2016 – A Câmara Municipal tomou conhecimento do Fax do Tribunal de Contas que deliberou conceder visto no contrato do empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos para financiamento de obras incluídas no Plano Plurianual de Investimentos.

09/11/2016 – A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, os Projetos de execução do alargamento, da pavimentação, da drenagem e da sinalização da EM 508 e do CM 1139, entre Castro Verde e A-do-Neves, bem como os respetivos Cadernos de Encargos e Programas de Concurso e aprova a abertura dos respetivos Concursos Públicos.

01/02/2017 - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o mapa de quantidades, resultante dos erros e omissões e autorizou a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas para as 17:00 horas do dia 15 de Fevereiro de 2017, e consequente marcação da abertura das

Handwritten notes and signatures:
- Top right: "Fm h"
- Middle right: "A" with an arrow pointing up
- Below "A": "J" with a checkmark
- Further down: "soluto" written vertically
- Bottom right: a signature

propostas para as 10 horas do dia 16 do mesmo mês, conforme proposto pelo Júri do Concurso Público das empreitadas de alargamento, da pavimentação, da drenagem e da sinalização da EM 508 e do CM 1139, entre Castro Verde e A-do-Neves.

15/03/2017 – A Câmara Municipal deliberou autorizar o procedimento da abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Ação de redução de perdas e seccionamento da rede, aprovando o respetivo projeto de execução, mapa de trabalhos e estimativa orçamental, sendo que o valor do contrato ascende a 140.000,00 € e a execução dos trabalhos num período de 90 dias.

12/04/2017 – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar a execução da “Empreitada de execução do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização da EM 508 entre Castro Verde e Santa Bárbara de Padrões”, pela quantia proposta de 747.491,80 €, acrescida de IVA à taxa legal em vigor e da “Empreitada de execução do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização do CM 1139 entre Santa Bárbara de Padrões, e A-do-Neves”, à empresa Construções J.J.R. & Filhos, SA, pela quantia proposta de 547.337,81 €, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, ambas à empresa Construções J.J.R. & Filhos, SA conforme proposto pelo Júri dos respetivos concursos públicos.

10/05/2017 - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, as minutas dos contratos a celebrar com a empresa Construções JJR & Filhos, SA para execução dos trabalhos de:

- a) - alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização da EM 508 entre Castro Verde e Santa Bárbara de Padrões, pela quantia proposta de 747.492,80 €, num período de 270 dias.
- b) - alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização do CM 1139 entre Santa Bárbara de Padrões e A-do-Neves, pela quantia proposta de 547.337,81 €, num período de 155 dias.

16/05/2017 – A Câmara Municipal celebra os contratos com o adjudicatário - Construções JJR & Filhos, SA - das obras de reabilitação da EM 508 e do CM 1139

01/06/2017 – A Câmara Municipal remete os contratos para Visto do Tribunal de Contas

21/06/2017 - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, os Planos de Segurança e Saúde referentes às empreitadas de reabilitação da EM 508 e do CM 1139.

19/07/2018 – A Câmara Municipal ratificou, por unanimidade, o acto de decisão que o presidente tomou relativamente à adjudicação da empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Acção de redução de perdas e seccionamento da rede ao concorrente NADRUCIVIL - Engenharia e Construção SA, pelo valor de 103.384,20 (cento e três mil, trezentos e oitenta e quatro euros e vinte cêntimos) acrescido do IVA, conforme proposto pelo Júri do respetivo concurso público.

02/08/2017 - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a minuta do contrato da empreitada de “Rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Ação de redução de perdas e seccionamento da rede”, a celebrar com a empresa NADRUCIVIL – Engenharia e Construções SA, na sequência da deliberação tomada na reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 19 de Julho findo.

23/08/2017 – O Tribunal de Contas visou os processos das empreitadas de reabilitação da EM 508 e do CM 1139.

10/08/2017 – Celebração do contrato com a empresa NADRUCIVIL – Engenharia e Construções SA.

Concluindo e como ficou devidamente esclarecido e bem demonstrado:

- A argumentação de que a CDU quer que o PS faça em 3 meses o que a CDU não fez em 21 meses é falaciosa cai pela base! Basta olhar para um calendário: desde o "visto" do Tribunal de Contas sobre o processo do empréstimo a CDU dispôs de 16 meses e o PS desde a tomada de posse até ao final do seu período de utilização dispôs de 8 meses! Tempo mais que suficiente para utilizar o saldo do empréstimo, pois para as obras arrancarem bastava assinar os autos de consignação.
- A afirmação de que a CDU, enquanto maioria na Câmara Municipal, não fez nada é uma mentira completa! O que é que é a contratação de projetistas, a elaboração e aprovação de projetos, a abertura dos concursos públicos, seleção dos concorrentes e adjudicação das empreitadas, a contratação das mesmas e obtenção dos "vistos" do Tribunal de Contas, etc. etc. etc. Será que tudo isto é NADA?
- A argumentação de que a CDU teria adjudicado as obras de beneficiação da EM 508 e do CM 1139 sem ter acautelado o correspondente financiamento também é mais uma MENTIRA! Vejamos o enquadramento genérico do recurso ao crédito bancário apreciado e aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal em setembro de 2015.
Para as obras das estradas estavam consignados na 1ª tranche do empréstimo 460.000 € e na 2ª, 500.000 € o que representa um total de 960.000 €. O que falta seria assumido por fundos próprios da autarquia."

Perante o suposto esclarecimento relativamente à contratação do empréstimo de 900.000,00 €, o Sr. Presidente agradeceu as considerações apresentadas e, em **declaração política**, sublinhou que os apontamentos do Sr. Vereador Francisco Duarte não representam qualquer novidade pois, os mesmos, grosso modo, já haviam sido previamente publicados, praticamente na íntegra e por interposta pessoa, numa rede social. Situação que o Sr. Presidente lamenta bastante, por ser muito reveladora do respeito que o Sr. Vereador Francisco Duarte tem pelo órgão que integra e pelos restantes eleitos.

Apresentou em seguida o Sr. Vereador Francisco Duarte os seguintes requerimentos, subscritos pelo Sr. Vereador António João Colaço:

"Assunto: Empréstimo de 1.175.000 €:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que nos facultem cópia da correspondência trocada com o Tribunal de Contas sobre o empréstimo em epígrafe que foi aprovado na Assembleia Municipal no passado dia 26 de Abril."

"Assunto: Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre o ponto da situação e andamento do processo das "Obras de Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde."

"Assunto: Expropriações decorrentes das obras de reabilitação da EM 508 e do CM 1139:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, e na sequência das informações prestadas pelo senhor presidente na última reunião de Câmara, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre:

- Mapa de expropriações elaborado (nome do proprietário, prédio, área a expropriar e respetiva cartografia);
- Cálculo para apuramento do valor indemnizatório (0,95 €/m²);
- Respostas dos proprietários contactados;
- Perspetivas para conclusão do processo e arranque efetivo das obras.

"Assunto: Proposta do Ajuste Direto para aquisição de serviços de elaboração do Projeto Museológico Municipal:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja facultada cópia da proposta apresentada pela empresa "Diálogooriginal – Bibliotecas, Museus e Arquivos Ld.^a.", no âmbito do Ajuste Direto para aquisição de serviços de elaboração do Projeto Museológico Municipal."

"Assunto: Remodelação da rede de águas de Castro Verde:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, e na sequência das informações prestadas pelo senhor presidente na última reunião de Câmara, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre:

- a) se já foi elaborada a consignação da empreitada da "Remodelação da Rede de Águas de Castro Verde – 2.^a fase" adjudicada à empresa NADRUCIVIL pelo valor de 103.384,20 €.
- b) ponto da situação da construção do novo Reservatório Elevado de Castro Verde, programado no plano de investimentos da AgdA e já acordado e aprovado pelo Município."

Aprovação da ata da reunião anterior:

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do "mail" da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos – FESAP, dando conhecimento do pré aviso de greve convocado para o próximo dia 26 de Outubro, e do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento da pergunta que dirigiu ao Ministério da Cultura sobre a plantação de olival intensivo que causa danos na Ponte Romana em Vila Ruiva, no Conselho de Cuba.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1º.- Acordo de colaboração para a requalificação e modernização das Instalações da Escola Secundária de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que, o edifício onde funciona a Escola Secundária de Castro Verde se encontra degradado e com condições obsoletas ao seu normal funcionamento;

Considerando que, o arrastar do problema tem criado constrangimentos e que a Câmara Municipal de Castro Verde tem feito um esforço junto do Governo Central, mais concretamente, com o Ministério da Educação, para alcançar um acordo que permita requalificar e modernizar as atuais instalações;

Considerando a disponibilidade da Câmara Municipal para se envolver formal e materialmente na construção e desenvolvimento de uma solução que permita uma intervenção de fundo na Escola Secundária de Castro Verde que beneficie os alunos, professores e demais funcionários daquele estabelecimento de ensino;

Proponho que a Câmara Municipal aprove a minuta do acordo de colaboração com o Ministério da Educação para a "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária de Castro Verde", que se junta, nos termos ali exarados."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, que justificaram a sua posição com a declaração abaixo descrita, aprovar a minuta do acordo de colaboração a celebrar com o Ministério da Educação para a "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária de Castro Verde", conforme documento anexo à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

"Reconhecendo, como aliás sempre o manifestámos, a necessidade imperiosa e urgente da requalificação da Escola Secundária de Castro Verde abtemo-nos na aprovação da minuta de protocolo em apreciação porque considerarmos que ela não contempla os avanços que tinham sido obtidos nas negociações entre o Ministério da Educação/Secretaria de Estado da Educação e a Câmara Municipal de Castro Verde realizadas entre Fevereiro e Junho 2016. (limita-se a reproduzir integralmente a proposta inicial que serviu de base a estas negociações)

Estamos a falar concretamente na assunção, por parte do Ministério da Educação, de que estas obras (estimadas em 1.170.000 €) constituíam somente a primeira fase do conjunto necessário à requalificação e modernização da escola, a que se seguiria uma 2ª fase, para o qual o Ministério se comprometia a envidar todos os esforços para ser abrangida, prioritariamente, nos financiamentos comunitários, no quadro da reprogramação do PORTUGAL 2020."

Perante esta declaração, o Sr. Presidente esclareceu os Srs. Vereadores da CDU que, desde há muito tempo, toda a gente em Castro Verde já percebeu as reservas e o modo como, quando estavam no Executivo, os Srs. Vereadores "empataram" todo o processo de requalificação de Escola Secundário, travando uma solução que há muito tempo deveria estar implementada.

O Sr. Presidente lembrou ainda ao Sr. Vereador Francisco Duarte que, pior do que isso, na Câmara Municipal, ninguém conhece ou encontra quaisquer documentos, proposta ou suporte em papel

que testemunhem aquilo a que chama "avanços obtidos nas negociações entre o Ministério da Educação/Secretaria de Estado da Educação e a Câmara Municipal de Castro Verde".

Certamente o Sr. Vereador Duarte tem esses "avanços" em sua casa, porque no sítio certo onde deveriam estar, ou seja, na Câmara Municipal, ninguém os consegue encontrar. Sobre esse procedimento o Sr. Presidente escusou-se a fazer comentários, mas considera-os muito elucidativos sobre o modo como os eleitos da CDU encaram e interpretam o exercício de funções públicas.

Sobre a consolidação e significativo avanço alcançado por atual Executivo do PS para a requalificação da Escola Secundário, sublinhou o Sr. Presidente que, de facto, este Acordo agora alcançado aponta para a requalificação do bloco de aulas e que, há muito tempo e em função da negociações da Câmara Municipal com o Ministério da Educação, existe o compromisso para uma segunda fase na obra e que, neste momento, existem avanços para ser assegurado o financiamento de fundos comunitários para esse fim.

Mais sublinhou o Sr. Presidente que este processo é claro, transparente, público e, ao contrário do que foi feito antes, toda a informação e esclarecimentos estão disponíveis na Câmara Municipal para os Srs. Vereadores da CDU consultarem e interpretarem quando e como quiserem!

2º. - Obras de requalificação da envolvente do edifício da CIMBAL – Repartição de despesa.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando a necessidade de procedermos a obras de requalificação no espaço envolvente do edifício da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, adiante CIMBAL, em especial a colocação de calçada;

Considerando que o Município de Castro Verde é uma das autarquias que integram a CIMBAL;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão, a aprovação da despesa nos termos do disposto no art.º 39º/3-a) dos Estatutos da CIMBAL, no valor de 2.495,35, a transferir oportunamente para esta entidade."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, aprovando a despesa nos termos do disposto no art.º 39º/3-a) dos Estatutos da CIMBAL, no valor de 2.495,35, a transferir oportunamente para aquela entidade.

3º.- Hasta pública para atribuição do direito de utilização das coberturas e ou outras zonas de prédios do Município para instalação de unidade de pequena produção de energia elétrica:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que o concelho de Castro Verde está classificado como Reserva Mundial da Biosfera.

Considerando que, grande parte do concelho de Castro Verde é, há quase duas décadas, uma Zona de Proteção Especial integrante da Rede Natura 2000.

Considerando que, o esforço de compatibilização da atividade humana com a proteção do meio ambiente e a necessidade de redução da nossa pegada ecológica deve ser um esforço constante.

Considerando que, o recurso à obtenção de energia através de fontes renováveis permite diminuir a libertação de carbono na atmosfera.

Considerando ainda que, os sistemas fotovoltaicos contribuem para os designios atrás mencionados, sendo os edifícios do Município alimentados, esmagadoramente, por energia elétrica obtida por fontes de energia não renovável.

Considerando também que, o número de horas de exposição solar na nossa região é superior à maioria das regiões do país, que a mesma pode gerar energia que esta pode resultar, igualmente, em ganhos financeiros para o Município;

Proponho a aprovação da realização de uma "Hasta pública para atribuição do direito de utilização das coberturas e ou outras zonas de prédios do Município para instalação de unidades de pequena produção de energia elétrica", bem como, das normas para a realização da mesma e respetivo caderno de encargos, ao abrigo do disposto no art.º 33º/ 1-g) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, conforme documentos anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Ressalvaram os Srs. Vereados Francisco Duarte e António João Colaço a sua posição de votação a favor sobre a proposta apresentada chamando a atenção para a necessidade de, algures no processo de adjudicação, ser tido em conta o enquadramento arquitetónico das Unidades de Produção a instalar e as propostas de minimização de eventuais impactos negativos, tendo o Sr. Presidente tomado a devida nota, afirmando contudo que tal impacto será pouco relevante, pese embora que há que ter de facto isso em conta.

3º.- 8ª. alteração ao Orçamento e Opções do Plano – 2018 (ratificação):

Submeteu no Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta

"Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2018, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras, nomeadamente o que respeira a receitas consignadas provenientes do IEFP.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Considerando que a sua aprovação reveste de caráter de urgência aprovo ao abrigo do nº.3 do art.º 35º da referida Lei a alteração nº.8 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gops,s) e proponho que a Câmara Municipal de acordo com o preceito legislativo, ratifique a aprovação na próxima reunião.

Apreciada a proposta de alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com a abstenção do Vereador António João Colaço, ratifica-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

4º. - Concurso público para alienação de lotes de terreno para construção urbana em Santa Bárbara de Padrões:– Relatório final de apreciação das propostas:

Foi presente o relatório final de análise da única proposta apresentadas ao concurso público em referência, no qual o respetivo Júri propõe a alienação do lote de terreno nº.12, inscrito na matriz sob o artigo nº.1530, e descrito na Conservatória sob o nº.853/20090521, a Bad Eugenice, pelo valor proposto de 4.250,00 €:

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, homologar a ata de análise da proposta apresentada ao concurso acima referido, adjudicando a alienação do referido lote de terreno ao concorrente Bad Eugenice, conforme proposto pelo Júri do concurso.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras Particulares/ Outros:

1. - Projetos de arquitetura:

Apreciou a Câmara e com base nos pareceres da Divisão de Obras e Gestão Urbanística, aprovou por unanimidade e nominalmente os seguintes projetos de arquitetura:

- de EUDACTICA Ld.ª, para alteração de moradia unifamiliar, sita na Rua da Escola Velha, em São Marcos da Ataboeira. (PO 33/18)
- de Herdade do Deserto - Sociedade Agrícola SA, para alteração/reabilitação de edifícios – moradia unifamiliar, sitos no Monte do Deserto, na freguesia de São Marcos da Ataboeira (PO 30/18).
- de José Francisco Gomes Candeias, para alteração/ampliação de armazém, sito na Rua de Almodôvar, em Castro Verde (PO 44/18).
- de Flávio André Pacheco Pires Carepo, para reabilitação/alteração de habitação, sita na Rua Campo de Ourique nº.66, em Castro Verde.

2. - Caducidade de processo de obras:

Com base na informação da Seção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade do processo de obras nº.10/2017, de Dora Maria Rodrigues Guerreiro Vaz, para construção de habitação na Rua Sofia de Mello Breyner, lote 46, em Castro Verde.

3. - Destaque de parte de prédio urbano:

Apreciou a Câmara o pedido de autorização solicitado por João Pedro Bidarra Guerreiro Cortes Nobre, para o destaque de uma parcela do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde sob o nº. 32/19850115, e inscrito na matriz sob os artigos 2268, 2269 e 2270, com a área total de 175 m2, sito na Rua Barranco de São Caetano nº.2, em Castro Verde.

A Câmara, em face da informação prestada pela Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente autorizar o destaque da parcela solicitada, inscrita na matriz sob o artigo nº.2268, com a área de 80,91 m2, destinada a armazém, atendendo a que é dado cumprimento ao estipulado nos nºs. 4 e do artigo 6º.do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas.

4.- Alteração ao loteamento sito nos Farjais, em Castro Verde (alvará nº. 1/2006):

Apreciou a Câmara o pedido de alteração ao loteamento urbano, sito nos Farjais, em Castro Verde, a que se refere o alvará nº.1/2006, requerido pelos promotores Hugo Miguel Santos Guerreiro Pedro e outro, para que no lote nº.18 ser viável a construção de habitação no r/c e aumentar-se em uma unidade o número de fogos, não havendo qualquer variação do número de lotes, áreas de implantação e construção.

A Câmara, em face do parecer da Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar a alteração pretendido ao referido loteamento urbano.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

2.- Concessão, renovação e indeferimento de cartões sociais:

De acordo com a informação nº.517 e respetiva documentação elaborada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Gabriel José Marques, residente no Aivados; Assunção Gonçalves Albino, residente no Monte da Sete; Maria de Fátima Correia Mira, residente em Santa Bárbara de Padrões; Ana Maria Carolina Guerreiro, residente no Monte da Sete; Dina Isabel Martins Constantino Beirão, residente em Castro Verde; Ermelinda Maria Lucrécia Guerreiro, residente em Casével; Ramires Cristina Guerreiro Fome, residente no Monte dos Aivados; Maria Amélia Severo Carrapiço Martins, residente no Monte dos Geraldos; Bárbara Maria Ludovina de Brito Canário, residente em Castro Verde, todos no escalão A; e a Balbina Jorge Inácio Varela, residente no Monte dos Geraldos, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Assunção Maria Rosa, residente no Monte A-do-Corvo; Carla Manuela Soares Guerreiro e Guerreiro, residente em Castro Verde; Silvestre José Raposo Carneirinho, residente no Monte de Almeirim, todos no escalão A; e de António Rosa Messias Joaquim, residente no Monte do Beringelinho, no escalão B.
- Indeferir o pedido de concessão de cartão social de Manuela Cristina de Matos Luís Olímpio, residente em Casével, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo regulamento municipal.

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

1.- Amigos do ZIKI – Educação

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que o sucesso/insucesso escolar é determinado por aspetos educativos, pelo bem-estar físico da Criança, e pelo seu bem-estar emocional e mental;

Considerando que o Amigos do ZIKI é um programa de intervenção precoce que tem como objetivo a promoção da saúde emocional e mental de todas as Crianças através da promoção do desenvolvimento de competências socio emocionais e de coping, desenvolvendo nas crianças as capacidades de reconhecer, identificar e verbalizar sentimentos, de relação e comunicação em grupo, de lidar com situações difíceis do ponto de vista emocional;

Considerando que a Associação ESCUTAR é responsável em Portugal pela implementação do programa Amigos do ZIKI (versão portuguesa do programa internacional Zippy's Friends, da Partnership For Children);

Proponho a adjudicação dos serviços objeto desta Proposta pelo valor de € 2.353,20 (dois mil trezentos e cinquenta e três Euros e vinte cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

2.- 1º. Encontro de Castrenses na Diáspora – 20 de Outubro de 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Tendo como objetivo trazer a Castro Verde as suas gentes, aproximando da sua cultura e das suas raízes os castrenses que vivem fora do nosso concelho, e porque é uma data onde todos os caminhos vão dar à Feira de Castro, a Câmara Municipal de Castro Verde organizou para o dia 20 de outubro, um almoço convívio nas instalações da Escola Secundária, designando-se com o “1º. Encontro de Castrenses na Diáspora”.

Para o efeito, proponho o pagamento de 5,00 €/ pessoa, como valor da inscrição no almoço convívio.

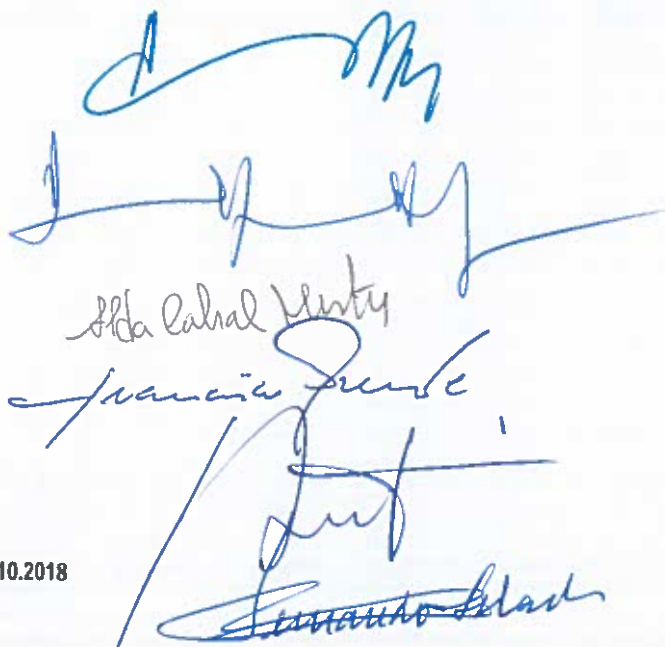
A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar o valor da inscrição no almoço convívio, no valor de 5,00 €/pessoa, conforme proposto pelo Sr. Vereador David Marques.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



Handwritten signatures of the council members and the administrative coordinator, including the name 'Fernando Colaço Sebastião'.